



Resumo Expandido (Pôster): Eixo 5 – Educação Superior

## **ESTUDO DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE COTAS LEI 12711/2012 NOS CURSOS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO**

Lucas Bogoni – UFSCar/Sorocaba\*

**Resumo:** O presente artigo faz parte da primeira etapa da pesquisa referente ao estudo da implantação da política de cotas nos cursos de graduação do Instituto Federal de São Paulo. Este estudo é projeto de mestrado de cunho qualitativo exploratório. Parte-se de um breve histórico do Ensino Superior no Brasil, das políticas de cotas e do Instituto Federal de São Paulo seguindo para o estudo qualitativo da implementação da política pública.

**Palavras-chave:** Educação. Ações Afirmativas. Instituto Federal de São Paulo.

### **Introdução**

As ações afirmativas de acesso ao Ensino Superior são uma conquista de muitos anos de luta de vários movimentos sociais e políticos. Analisar a implementação dessa política em uma instituição que oferece 5.200 vagas de Ensino Superior anualmente (INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO) é de grande valia, tanto para saber as dificuldades na compreensão da política, quanto das eventuais dificuldades para colocá-la em prática.

Observamos ao longo da história do ensino superior no Brasil um desenvolvimento tardio desta modalidade de ensino com os primeiros cursos superiores sendo trazidos ao Brasil somente como suporte à família Real que fugia de Portugal em 1808 (SANTOS, 2015). Enquanto as primeiras universidades na América Latina são fundadas no século XVI (SANTOS, 2015) no Brasil somente são institucionalizadas no século XX. Esse atraso se reflete na elitização do público que tinha acesso a Universidade e aos cursos superiores. Durante muito tempo a baixa oferta de vagas, principalmente o restrito investimento governamental em universidades públicas, tornou-as um privilégio de quem podia ter um ensino básico de melhor qualidade, ou seja, das classes mais altas.

Partindo da necessidade de tornar o acesso ao Ensino Superior mais equitativo, emergiu ao longo das décadas de 1990 e 2000 movimentos que lutavam por um acesso mais igualitário que culminam em 2012 na aprovação da lei 12711/2012.

\*Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos – (UFSCar-Sorocaba).



O início das discussões, o ingresso na agenda política das Ações Afirmativas se deu com a participação do governo na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2001, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, mas as discussões somente se acentuaram a partir de 2003 no governo Lula. Nesse ano algumas Universidades públicas já implantaram modelos seletivos inclusivos para alunos negros, indígenas e de baixa renda (PAIVA, 2010).

As primeiras Universidades a utilizarem ações afirmativas de acesso foram a Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 2001 e a Universidade de Brasília em 2003. Até 2012 a adesão da Instituições de Ensino Superior ocorreu de forma voluntária.

O Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de São Paulo, parte em estudo, teve sua criação em 1910 com o nome de Escola de Aprendizes e Artífices. Tinha como objetivo ensino primário profissional e gratuito. Sua missão relacionava-se à formação dos filhos dos trabalhadores aos menos favorecidos e seus primeiros cursos foram os de tornearia, mecânica e eletricidade, além das oficinas de carpintaria e artes decorativas e passou por várias reestruturações de nomes e finalidades de ensino durante sua história. Somente em 2008, pela Lei nº 11.892/2008 passa a se ter a estrutura e a missão que tem hoje.

## **Materiais e métodos**

Para analisar a implantação da lei das cotas no Instituto Federal de São Paulo e compreender o processo que foi utilizado internamente para sua aplicação, partirei da análise documental com recorte temporal entre os anos de 2014 e 2019. Partindo de 2014, devido a ser o primeiro ano de aplicação da lei, elencando assim um período de estabilização de 5 anos. Dentro dessa janela de tempo, será empregada pesquisa de estudo de caso, qualitativa exploratória, com aplicação de entrevista semiestruturada com integrantes da comissão central e comissão local de três *campi* com o objetivo de entender as dificuldades encontradas para atendimento do disposta na lei e como foi o processo de estruturação dos procedimentos.

## **Discussão dos resultados**

Um diagnóstico preliminar aponta que o processo seletivo para o Ensino Superior do IFSP, desde 2011 ocorre via SISU. A partir da análise inicial desta documentação percebe-se a implantação da política de cotas efetivamente em 2014, com adequação dos quantitativos de vagas destinadas às ações afirmativas durante os anos seguintes.

Não consequência da aprovação da Lei 12711/12, mas do processo de expansão dos Institutos Federais, observa-se neste período um aumento considerável na oferta de vagas

para os cursos superiores e conseqüentemente, com a implantação do sistema de cotas, um maior acesso dos estudantes de baixa renda à universidade.

Partindo-se do princípio de que a lei 12711/12 garante que cinquenta por cento das vagas nas Universidades Federais e Institutos Federais serão destinadas para estudantes de escolas públicas e destes cinquenta por cento, metade das vagas é destinada à candidatos com baixa renda (renda inferior a 1,5 salários), sendo estas distribuídas entre outras cotas minoritárias (negros, pardos, indígenas, pessoas com deficiência) de acordo com a sua representatividade na unidade federativa, podemos deduzir um avanço na participação destas minorias nas instituições federais.

### Considerações finais

Embora não se tenha resultados muito concretos por se tratar de uma pesquisa em andamento, ao fazer uma breve análise documental com base nos termos de adesão entre o IFSP e o SISU, notou-se que houve uma sensível melhora no quantitativo de vagas disponibilizadas e conseqüentemente, considerando os objetivos da Lei de 12771/12, no acesso de alunos de baixa renda ao Ensino Superior.

Contudo o objetivo desta pesquisa é qualitativo e será desenvolvido com base nos apontamentos dos membros das comissões com base em questionário semiestruturado.

### Referências

ANHAIA, B. C. *A lei de Cotas na Universidade Pública Brasileira em Debate*. Revista Contraponto. V4. N2. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/contraponto/article/download/78915/45535>. Acesso em: 15/02/2021.

ANTUNES, R. *Os Sentidos do Trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

BRASIL. *Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 dez. 2008, P.1.

BRASIL. *Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas Universidades Federais e nas Instituições Federais de Ensino étnico de nível médio e dá outras providências*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 ago. 2012, p.1.

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1179-1193, out.-dez. 2010. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 17/01/2021

FREIRE, P. R. N. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Trabalho, renda e moradia: desigualdades entre brancos e pretos ou pardos persistem no país. Agência IBGE Notícias. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de->



[noticias/noticias/29433-trabalho-renda-e-moradia-desigualdades-entre-brancos-e-pretos-ou-pardos-persistem-no-pais](#). Acesso em: 22/02/2021.

INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO: *Plano de Desenvolvimento Institucional, 2019-2013*, São Paulo, Disponível em: <https://ifsp.edu.br/component/content/article/91-assuntos/desenvolvimento-institucional/desenv-institucional/176-pdi#PDI02>. Acesso em: 15/01/2021.

INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO: *Processo seletivo – Cursos técnicos*, São Paulo, Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/processos-seletivos?layout=edit&id=467>. Acesso em: 03/02/2021.

INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO: Sisu 2020: *Lista de espera será divulgada pelo Sistema de Seleção Unificada*, São Paulo, Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/component/content/article/17-ultimas-noticias/1198-sisu-2020-ifsp-oferta-5-200-vagas-para-cursos-superiores-gratuitos> . Acesso em: 11/04/2021.

SANTOS, S. M. *O desempenho das universidades brasileiras nos rankings internacionais: áreas de destaque da produção científica brasileira*. 2015. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/T.27.2015.tde-26052015-122043. Acesso em: 10/04/2021.

SENADO NOTÍCIAS: *Perguntas e Respostas Sobre Cotas Raciais nas universidades*. Brasília 28/02/2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/estatuto-da-igualdade-racial-ainda-aguarda-consolidacao/perguntas-e-respostas-sobre-as-cotas-raciais-nas-universidades>. Acesso em: 04/02/2021

SILVA, M.; INVERNIZZI, N. *Qual Educação para os Trabalhadores no Governo do Partido dos Trabalhadores? Educação Profissional após o Decreto 5154/2004*. Revista Trabalho e Educação. v. 17, n. 3, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8608>. Acesso em: 02/02/2021.

SILVA, C. J. R. et al. *Institutos Federais Lei 11892 de 29/11/2008: comentários e reflexões*. Natal. IFRN, 2009.

Sua participação e apresentações de trabalhos abrilhantaram o ii colóquios de políticas e gestão da educação

**ESPERAMOS VOCÊS NO III COLÓQUIOS DE 24 A 27 DE MAIO DE 2022.**

# 2022

## III COLÓQUIOS DE POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO ONLINE

Planejamento educacional em debate: políticas públicas e desafios



24 a 27 de maio de 2022

**Presenças confirmadas:**

- Profa. Dra. Euzângela Alves da Silva Scaff - UFRR
- Maria Alice de Miranda Aranda - UFGD;
- Profa. Dra. Selma de Carvalho Fonseca - UNASP
- Palestrantes internacionais a confirmar



**MINHA AGENDA:**

**2022 VOU PARTICIPAR DOS COLÓQUIOS UFSCAR SOROCABA ONLINE**

Informações: [geplageufscar@gmail.com](mailto:geplageufscar@gmail.com)

Comissão Organizadora III Colóquios

<https://doity.com.br/iii-coloquios-de-politicas-e-gestao-da-educacao>